

começando por Antônio de Alcântara Machado que, já em 1923, fazia a crítica teatral para o *Jornal do Comércio*, de S. Paulo, e cujo extraordinário espírito de cronista Assis Chateaubriand logo aproveitou nos seus jornais, desde aquele com que, no Rio, começou a sua “cadeia”, — até Orígenes Lessa que, surgindo num concurso de contos promovido pelo *Diário de São Paulo*, tornar-se-ia o excelente repórter da Revolução Constitucionalista, em 1932.

A 5 de julho de 1924, em S. Paulo, novo movimento militar irrompia; a 28, os revoltosos abandonavam a cidade, já bombardeada e ante a iminência de fechar-se o cerco das forças legais; a 24 de outubro, o capitão Luís Carlos Prestes levantava a guarnição de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul; em fins de dezembro, rompia o cerco nos arredores de S. Luís; a 21 de janeiro, travava-se o combate de Formigas e, entre 26 e 30 de março, o de Catanduvás; a 30 de abril, finalmente, cortando o território paraguaio, a Coluna Prestes irrompia em Mato Grosso, começando a sua longa peregrinação pelo interior do país, durante os anos de 1925 e 1926, para internar-se na Bolívia a 3 de fevereiro de 1927. Durante esse tempo, levantes isolados surgiram em diversos pontos, logo reprimidos, mas o clima de rebeldia era endêmico. Com a imprensa empresarial peiada pelo estado de sítio, surgiria a imprensa clandestina: O *5 de Julho* manteve-se ao longo de dois anos⁽²⁹³⁾. Até entre os combatentes rebelados circulou uma folha impressa, *O Libertador*, que tirou o primeiro número em Assis, a 5 de agosto de 1924, e logo os seguintes, até o quarto; o quinto apareceu em Porto Epitácio, o sexto, no sertão maranhense. João de Talma redigiu os quatro primeiros; Reis Perdigão, o quinto; José Pinheiro Machado, o sexto. Sob o sítio, com a imprensa amordaçada, a inquietação política prosseguia: a República oligárquica aproximava-se inexoravelmente de seu fim.

Como sucede sempre na realidade — a da sociedade como a da natu-

(293) “Depois desse manifesto, cuja primeira edição foi de cinco mil exemplares, outros foram saindo diariamente, esclarecendo melhor o povo sobre os verdadeiros motivos, até que em fins desse mês de julho se pensou na publicação de um jornal clandestino, que servisse de guia e fosse também uma espécie de facho da insurreição armada que, como tudo indicava, estava a ponto de espalhar-se pelo país todo, de ponta a ponta. Nessa ocasião, dava-se o levante, no Rio Grande do Sul, de Luís Carlos Prestes e de outros oficiais de várias guarnições, o qual não teve o êxito esperado por terem prontamente acorrido forças policiais riograndenses. O jornalzinho clandestino começou a sair em meados de agosto, e deu conta de todo o movimento insurrecional que tomava conta do país e recebeu como título provisório *5 de Julho*. Sua publicação, malgrado todos os processos empregados pela polícia secreta do Distrito Federal, pelas gordas ofertas em dinheiro (50 contos) a quem denunciasse os editores ou onde estava sendo composto e impresso, nunca foi interrompida nem se conseguiu descobrir quem foi seu autor, seu editor, onde era composto e impresso. Essa publicação saiu ininterrupta até o fim do governo Bernardes”. (Everardo Dias: op. cit., págs. 141/142).